

## O PROBLEMA DOS CAORSINOS (1)

Há já algum tempo que dormita o problema dos caorsinos, tão debatido há pouco, graças aos trabalhos do cônego Albe e os de Franz Arens. Em melancólico artigo, que apareceu em 1932, êste anunciava o acabamento de uma obra de conjunto, expunha seus princípios de método; quanto às suas conclusões, reservava-as para o editor que quisesse publicar seu manuscrito (2). Não parece que se tenha encontrado um tal editor e, por outro lado, nossas pesquisas no sentido de encontrar as pegadas de Arens foram inúteis. Continua-las-emos. Enquanto esperamos, e por falta de um trabalho exaustivo e de conclusões definitivas, julgamos útil situar rapidamente o problema e acentuar-lhe o interesse. Tal é a finalidade destas linhas.

As discussões acêrca do sentido da palavra "caorsinos" basearam-se, até agora, em alguns textos "tradicionais" enumerados pelo *chevalier* Du Gange em seu precioso glossário. Parece que o mais antigo foi constituído pelo cronista Mateus de Paris, que escrevia na Inglaterra entre 1236 e 1259. Êsses usurários transalpinos, declara êle várias vêzes, constituíam verdadeira peste; expulsos da França, foram-no, também, da Inglaterra, em 1240, mas para lá voltaram, dizendo-se mercadores do Papa (3). Como eco lhe respondem éditos dos reis de França: São Luiz, em 1269, expulsa da França os usurários coarsinos e não autoriza os negociantes lombardos, caorsinos e outros estrangeiros a exercerem sua profissão senão com a condição de não praticarem a usura (4); tais disposições foram retomadas em 1274 por Filipe III, o Audaz (5). Em todos êstes casos, os termos "lombardos" e "caorsinos", que são associados, designam comerciantes italianos com desagradável tendência à usura. E' preciso, aliás, ter-se o cuidado de não se dar à palavra usura sentido diferente do que lhe era atribuído no século XIII: nesse sentido estrito, tôda pessoa que emprestasse dinheiro a juros, todo comerciante que tirasse margem de lucros superiores às necessidades vitais de sua família era

(1). — Artigo publicado nos *Annales du Midi* (tomo 62, n.º 11, julho de 1950, pgs. 229-238). Tradução gentilmente autorizada pela Editora e pelo autor. Texto francês traduzido por E. Simões de Paula.

(2). — Arens (F.) — *Grundsätzliches zur Problematik der "Kauwerschen"* ("Vierteljahrsschrift f. Sozial- u. Wirtschaftsgeschichte", tomo XXV, 1932, pgs. 251-260).

(3). — Mathieu de Paris, *Chronica majora*, ed. Luard, tomos III, pgs. 198, 328; IV, pgs. 8, 410, 422; V, pgs. 16, 194, 245, 362, 404.

(4). — *Ordonnances des rois de France*, tomo I, pg. 96.

(5). — *Ibid.* pg. 299.

usurário. Concebe-se que muitos pensadores tenham, no fim do século XIII, julgado que, com tal critério, todo comerciante succumbia, fatalmente, diante das interdições canônicas; e o bom êxito nos negócios podia ser considerado como critério de moralidade frouxa, ou, mesmo, francamente má (6).

Os italianos aplicavam com menos vontade a si mesmos essa desagradável alcunha pela qual os estrangeiros os designavam. Dante coloca no mesmo plano de infâmia *Sodoma* e *Caorsa* (7), e os seus comentadores do século XIV precisam que se trata mesmo de Cahors, na França. Boccaccio mostra-se particularmente severo para com essa cidade, da qual todos os habitantes se teriam entregues ao empréstimo com uma paixão que os teria distinguido! (8).

Assim se devolveia a injúria. No decorrer do século XIV o termo “caorsinos” assume, aliás, sentido mais técnico. Como o termo “lombardos”, designa elementos do mundo dos negócios, muitas vezes cambistas, que se dedicam mais especialmente ao empréstimo a juros, do qual a legislação canônica, não tendo podido impedi-lo, esforçava-se, aliás, por regulamentar e limitar as práticas (9).

Como era de esperar, tais divergências de textos foram agravadas pelos historiadores posteriores. Que eram, realmente, êsses famosos caorsinos? Sôbre êsse problema de identidade grandes teses se contrapuseram. A tese italiana, ilustrada, já, pelo *chevalier* Du Gange. Depois dêle, diversos autores tentaram torná-la mais precisa: os caorsinos teriam sido os habitantes de Siena, ou os de Florença, cidade em que existiu uma família de nome *Corcini*, ou os de Caorso (perto de Placência), ou mesmo os de Cavour (perto de Pinerolo), se não os piemonteses de Asti e de Chieri, que, de fato, os textos, muitas vezes, qualificam individualmente de caorsinos (10). Diante dessas hesitações, a tese francesa se apresenta de maneira “monolítica”: não pode quase referirse senão a Cahors e ao Quercy. Embora demonstrando muita pru-

(6). — Assim, o teólogo Henri de Gand foi levado a conceber de modo cada vez mais compreensivo tais problemas. Vejam-se os artigos “Juste prix” e “Usure” do *Dictionnaire de Théologie Catholique* publicado sob a direção de A. Vacant e E. Mangenot; assim como Garnier (H.), *De l'idée du juste prix chez les théologiens et les canonistes du Moyen âge*, Paris, 1900 (tese de direito).

(7). — Inferno, canto XI, verso 49.

(8). — Caorsa é uma cidade de Provença ou de Toulouse, que, ao que se conta, se entrega à prática do empréstimo com usura de modo tão absoluto, que nela não há homem, nem mulher, nem velho, nem jovem, nem pequeno, nem grande, que não entenda disso, e até mesmo os criados, não apenas o seu salário, mas também se, de outra parte, lhes vêm às mãos seis ou oito denários, imediatamente dispõem dêles, emprestando-os por algum preço; pelo que essa sua miserável prática é tão divulgada, e principalmente entre nós, que, quando se diz que alguém é caorsino, entenda-se que é usurário (Boccaccio, *Commento sopra la Divina Commedia di Dante Alighieri*, edição de 1732, Florença, tomo II, pgs. 165-166).

(9). — E' nesse sentido técnico que R. de Roover estuda a atividade dos lombardos ou caorsinos, em sua obra: *Money, banking and credit in Mediaeval Bruges* (Cambridge, Mass., 1948). A palavra “lombardos” mereceria, aliás, de seu lado, estudo especial.

(10). — Encontrar-se-á um quadro geral dessas teorias no artigo de F. Arens citado na nota 2.

dência em suas pesquisas sôbre a atividade comercial dos cadurcianos (11), muito a favor desta tese, que parece, também, contar com a preferência de Arens. Esse debate, todavia, terá tido, igualmente, seus amadores de compromisso; limitamo-nos a citar, entre êles, Bourquelot, que, após haver reunido as provas da atividade dos comerciantes do Quercy nas feiras de Champagne, emite a hipótese segundo a qual Cahors, desde muito cedo, serviu de balcão para suas operações financeiras com a França, a Inglaterra, a Alemanha e a Suíça, e que, dessa cidade, cujos habitantes os imitavam, receberam o seu apelido de caorsinos (12). Hipótese da qual o menos que se pode dizer é que é apresentada de maneira muito inábil, e, aliás, sem provas.

Que se deve reter de tudo isto? Que o sentido da palavra "caorsinos" variou. Que antes de tomar sentido técnico, serviu de alcunha injuriosa. Que essa alcunha foi, sem dúvida, elaborada na Inglaterra, no decorrer do século XIII.

E', pois, da documentação inglêsa que, a nosso ver, convém partir, para se reexaminar o problema. De resto, é, já, a ela que se lançaram o cônego Albe e Arens. O primeiro estabeleceu preciosa lista de comerciantes de Quercy encontrados nos documentos dessa região com qualificativos tais como *Caurcenses*, *mercatores de Chaurcis*, etc. . . , e comparou tais dados com textos do Quercy (13). Verifica-se que muitos desses aventureiros comerciantes pertenceram a grandes famílias consulares de Cahors. Arens estudou mais particularmente o caso de Guilherme Servat, comerciante de Quercy muito ativo na Inglaterra, ao menos entre 1273 e 1320; em suas relações comerciais com a Casa Real, fêz várias viagens à Noruega. Sendo, antes de tudo, comerciantes, aparece, também, como contratador de transportes. Como agente real, foi-lhe, por muito tempo, confiada a direção da alfândega de lã em Londres. Sem ser mutuante por profissão, foi, inevitavelmente, levado a operações de crédito: empréstimos aos mosteiros, garantidos por suas provisões de lãs, adiantamentos ao rei, cujo guarda-roupa abastecia. Em 1314 era êle um dos banqueiros da côrte. Encontrava-se em ligação com as grandes companhias italianas, principalmente de Luca (14).

Resultados preciosos, porém, demasiadamente parciais. Sem têrmos a pretensão de sermos exaustivos, podemos completá-los de maneira substancial. Se pouco temos que citar antes de 1205, data

(11). — Nome dado também a um antigo povo da Gália, que habitava o Quercy (Nota do tradutor).

(12). — Bourquelot (P). — *Études sur les foires de Champagne*, 2.a parte, pgs. 140-154 (Paris, 1866). Do mesmo autor: *De l'origine et de la signification du mot Caorsin* (Paris, 1861).

(13). — Albe (E.). — *Les marchands de Cahors à Londres au XIIe siècle* (Bulletin de la Société des Études du Lot, 1908, pgs. 31-35).

(14). — Limitamo-nos a resumir as principais conclusões de Arens (F.). — *Wilhelm Servat von Cahors als Kaufmann zu London* ("Vierteljahrsschrift f. Sozial- u. Wirtschaftsgeschichte", tomo XI, 1913, pgs. 477-514).

do primeiro documento utilizado pelo cõnego Albe (15) — o que é lamentável, pois a atividade dos comerciantes do Quercy era, sem dúvida, importante desde o fim do século XII — podemos preencher a lacuna, situada entre 1242 e 1273, que nosso autor devia ao estado em que se encontrava a publicação dos *Calendar*s das Listas de Cartas patentes e fechadas. Depois, essa publicação prosseguiu; e foi ativamente levada avante e das Listas de *Liberate*, sôbre as quais nós mesmos levamos a efeito algumas pesquisas. Certos nomes nelas aparecem mui freqüentemente, como o de Pierre Cougoule (*Cuku, Cuccu, Coku*, etc. . . ), ao qual, entre 1230 e 1257, o rei compra freqüentemente vinho gascão (16); os de Jean (17), Béraud (18), Mouly (19), famílias cujos membros praticavam o mesmo comércio; o de Bernat Nicholai, de *Caurces*, que, entre 1252 e 1258, abasteceu o guarda-roupa de tecidos de ouro e outros artigos de luxo (20); o de Bento de Rocamadour, comerciante de vinho (21).

Em 1268 aparece Pons de la More (*Poncius de Mora*), que, associado a outros dois comerciantes de Cahors, Pierre de Porte e Guillem *Warasche*, vende ao rei 120 tonéis de vinho gascão (22).

(15). — Isenção de todo impôsto consuetudinário real a favor de Bérenger, Raymond e Bertrand Béraud, e de suas mercadorias, concedida a 23 de julho e 1202 (*Patent Rolls* de João Sem Terra, p. 15).

(16). — Sabe-se que as chamadas cartas de *Liberate* eram ordens de pagamento dirigidas pela Chancelaria ao Tesouro. Essas ordens referem-se a Pierre Cougoule, a 26 de fevereiro de 1230: 200 marcos para comprar cavalos para o rei (*Calendar of Liberate Rolls*, Henrique III, vol. I, p. 169) — a 9 de setembro de 1249: 9 libras e 2 soldos, por seis tonéis de vinho que lhe forem comprados na feira de Boston (*Ibid.*, vol. III, pg. 250) — a 20 de outubro de 1250: 4 libras e 12 soldos por dois tonéis de vinho comprados e um de prêsa (*prise*) (*Ibid.*, vol. III, pg. 308) — a 11 de maio de 1254: 21 libras e 40 soldos por dois tonéis de prêsa (*Ibid.*, vol. IV, pg. 302) — 40 soldos por dois tonéis de prêsa (*Ibid.*, vol. IV, pg. 302) — a 12 de fevereiro de 1257: 20 soldos por um tonel de prêsa, com Amanieu Sicard (*Ibid.*, vol. IV, pg. 356). — Encontra-se, também um Jean Cogoul em 1251 (*Ibid.*, vol. III, pg. 355).

(17). — Ordens de *Liberate* a favor de Jordain Jean, a 25 de abril de 1240: 53 libras, 6 soldos e 8 denários, por 32 tonéis de vinho de Gasconha (*Ibid.*, vol. II, pg. 40) — e de Arnaud Jean, a 8 de julho de 1246: 111 soldos por três tonéis comprados, e 20 por um tonel de prêsa (*Ibid.*, vol. III, pg. 64); e a 20 de março de 1253: 11 libras, por seis tonéis comprados e um de prêsa (*Ibid.*, vol. IV, pg. 116).

(18). — Ordens de *Liberate* a favor de Pierre Béraud, a 20 de outubro de 1250: 36 libras, por 20 tonéis comprados e dois de prêsa (*Ibid.*, vol. III, pag. 308) — de Arnaud Béraud, a 23 de setembro de 1259: 9 libras, 6 soldos e 8 denários por 5 tonéis comprados e um de prêsa (*Ibid.*, vol. IV, pg. 71) — e de Jean Béraud a 20 de fevereiro de 1257: 40 soldos por dois tonéis de prêsa, com Pierre Regyer (*Ibid.*, vol. IV, pg. 357.)

(19). — Ordem de *Liberate* a favor de Raimond del Mouly, a 26 de março de 1249: 22 libras e 15 soldos por 13 tonéis comprados, 20 soldos por um de prêsa (*Ibid.*, vol. III, pgs. 224-225).

(20). — Forneceu uma mitra por 80 libras, a 24 de dezembro de 1252 (*Ibid.*, vol. IV, pg. 94); três tecidos bordados a ouro e uma capa de sêda *Jamé* de ouro (*samite*), por 14 marcos, a 24 de abril de 1255 (p. 209); um tecido de *samite* preto, por 7 marcos, e dois dosséis e três tecidos de Gênova, por 5 libras, a 5 de novembro de 1257 (p. 406); dois tecidos bordados a ouro, por 5 marcos, a 21 de dezembro de 1257 (p. 416); um tecido bordado a ouro, por 36 soldos, a 9 de fevereiro de 1258 (p. 451).

(21). — Ordens de *Liberate* a seu favor, a 11 de junho de 1256: 15 libras e 4 soldos por 8 tonéis comprados (*Ibid.*, vol. IV, pg. 302) — a 27 de junho de 1257: 40 soldos por dois tonéis de prêsa (p. 382) — a 8 de fevereiro de 1259: 40 soldos por dois tonéis de prêsa, com Guillem Gosceme (p. 451) — a 4 de agosto de 1259: 40 soldos, por dois tonéis de prêsa (p. 470) — a 7 de abril de 1262 (*Liberate Rolls*, Henrique III, membr. 10).

(22). — Ordem de *Liberate* de 120 libras, 10 soldos e 4 denários, como pagamento parcial das 256 libras que lhes são devidas a êsse título (*Lib. Rolls*, 52 Henrique III, membr. 5).

No decorrer do ano seguinte, torna-se comprador de vinhos do rei (23). A êsse título, é, em 1271, expressamente considerado cidadão inglês (24). Seu bom êxito é comparável ao de Guillem Servat. E êsses casos não são isolados. Principalmente se não nos limitarmos apenas aos comerciantes da própria Cahors. O exemplo dessa pequena capital regional era imitado em todo o Quercy. Castelsarrasin, entre outras, aparece como a pátria de comerciantes dotados de iniciativa. Um dêles, Bernardo de Opere, vende vinho ao rei da Inglaterra em 1252 (25). Deve-se, sobretudo, assinalar o caso dos Géraudon; um dêles, Arnaud Géraudon, era, o mais tardar em 1249, camarista do rei em Londres, e, a êsse título, efetuava compras de vinhos para o seu senhor, ainda em 1252 (26).

Muito eloqüente são os dados de licenças de exportação de lã concedidos entre 1271 e 1274 pelos reis Henrique III e Eduardo I, em seguida às proibições gerais destinadas a influir na política do conde de Flandres (27). A primeira série de licenças é concedida no decorrer do ano de 1271. São os seguintes os comerciantes do Quercy que com elas se beneficiam (28):

Pons de More, comerciante do rei, considerado como cidadão inglês... quantidade não indicada Pierre Béraud... quatro licenças de 400 sacos cada uma e uma de 90 sacos.

Jean Fitz Bernard, Afonse Moryn e	
Guillem de la Poujade .....	163 sacos
Guillem de Vorach .....	350 e 20 sacos
Bertrand de Croyses .....	165 sacos
Jean Douede .....	220 sacos
Pons Hélie .....	92 sacos
Gaubert Navarre .....	20 sacos
TOTAL: .....	2.700 sacos

(Sem contar os de Pons de la More).

Encontram-se comerciantes do Quercy entre os titulares de licenças de exportação em 1273. Eis a lista dos mesmos (29):

(23). — Algumas ordens de *Liberate* são emitidas a seu favor, a êsse título, no decorrer dos anos de 1269 a 1272 (*Liberate Rolls*, 53 Henrique III, membr. 9, 8, 4, etc. — 54 Henrique III, *passim* — 55 e 56 Henrique III, *passim*).

(24). — *Calendar of Patent Rolls*, Henrique III, vol. IV, pg. 555.

(25). — Ordem de *Liberate* de 4 de novembro de 1252 (*Calendar of Liberat Rolls*, Henrique III, vol. IV, pg. 84).

(26). — Acerca de Arnaud Géraudon, possuímos numerosas referências: *Calendar of Patent Rolls*, Henrique III, vol. II, pg. 336; vol. III, pgs. 81, 140, 286, 456; vol. IV, pgs. 46, 65, 75, 117, 198; vol. V, pg. 80 — *Close Rolls*, Henrique III, vol. II, pgs. 360, 361, 365, 366 — *Calendar of Liberat Rolls*, Henrique III, vol. III, pgs. 242, 280; vol. IV, pgs. 4, etc.. Encontra-se, também, um Itier Géraudon, comerciante de vinho (Ordem de *Liberate* de 20 de fevereiro de 1257: *Ibid.*, vol. IV, pg. 357).

(27). — Tais licenças constituíram, já, assunto de vários estudos. Vejam-se: (Schaube (A.), *Die Wollaustulirlizenzen Englands im Jahre 1273* ("Vierteljahrschrift f. Sozial — u. Wirtschaftsgeschichte", 1908, pgs. 44 e seguintes) — e: Barben (H.), *Une guerre économique au Moyen âge, l'embarço sur l'histoire des laines anglaises, 1270-1274* (em: "Études d'histoire dédiées à la mémoire de H. Pirenne", Bruxelas, 1927).

(28). — *Calendar of Patent Rolls*, Henrique III, pgs. 555-556.

(29). — *Ibid.*, Eduardo I, vol. I, pgs. 13 a 37.

1.º) Entre os comerciantes de Londres:	
Arnaud Griffin, de Cours, e Guillem Servat	
Pons de la More .....	(85+40) 125 sacos
2.º) Um comerciante de Gourdon:	
Barthélemy de la Rive .....	20 sacos
3.º) Comerciantes de Cahors:	
Jean Donadieu .....	(30+18+60+160) 268 sacos
Jean de Labroue .....	20 sacos
Jean de Sanz e Gilbert Navarre .....	40 sacos
Jean de Saint-Liz .....	20 sacos
O mesmo e Osbert de Navarre ....	(20+20+20) 60 sacos
Bertrand de Croysors e Jacques Chapedemmail ..	40 sacos
Bernard de Gerniers (quantidade não indicada)	
Pierre de Saint- Pierre .....	80 sacos
Hélie de la Chapelle .....	120 sacos
Gérard Peres .....	20 sacos
Pons Hélie .....	160 sacos
Pierre de Cabazac .....	20 sacos
TOTAL: .....	848 sacos

Não podemos deixar de ficar impressionados com a amplitude das operações de alguns desses comerciantes do Quercy. Um Pierre Béraud, em 1271, com seus 1690 sacos, é sem igual; os italianos não se beneficiam, nessa época, senão com licenças que se elevam ao todo, e no máximo, a 425 ou 450 sacos por comerciante. Uma companhia de Paris obtém 800 sacos. Em outros casos, não se vai além dos 200 sacos. Tal amplitude pressupõe capitais acumulados, sem dúvida, à custa de atividade anterior relativamente bastante longa (30).

Esses fatos, acrescidos aos citados pelo cônego Albe e por Arens, acentuam a importância da atividade comercial dos quercinenses, na Inglaterra, no século XIII. Exportavam para esse país, antes de tudo, vinhos gascões, muito apreciados, desde essa época, nesse país. A lã, produção essencial da Inglaterra desse tempo, fornecia-lhes uma carga de volta, que não levavam necessariamente até Quercy. Alguns deles faziam essas operações em larga escala. Às vezes se fixavam na Inglaterra. O seu espírito de iniciativa levava-os, também, a estender seus horizontes comerciais para além desse país, e até à Noruega. Em todo caso, abstração feita dos comerciantes de Bordéus e de Baiona, súditos do duque da Aquitânia-rei de Inglaterra, esses quercinenses, eram entre os comerciantes do sudoeste francês presentes na Inglaterra, de muito os mais ativos e mais importantes. Bem entendido, o papel comercial por eles desempenhado levava-os a efetuar numerosas operações de crédito, que dele eram inseparáveis.

(30). — Embora o problema da rapidez da formação de capitais na Idade Média — que comporta, sem dúvida, soluções que variam de acordo com as épocas e lugares — esteja bem longe de ser elucidado.

A partir dessa documentação inglesa, cujos ensinamentos tentamos resumir, voltemos ao nosso problema dos caorsinos. Entre 1236 e 1259, datas-limites da obra de Mateus de Paris, esse termo constitui injúria que sanciona uma imoral prática de negócios, e que nosso autor aplica aos italianos. Entre tanto, nem a família florentina dos Corsini, nem as cidades de Caorsa, Cavour ou Chieri aparecem na documentação inglesa dessa época, com mais forte razão com papel econômico comparável ao de Cahors (31). Não será lícito pensar-se que, no decorrer do século XIII, aplicou-se mais particularmente aos italianos, cujo papel na Inglaterra estava em plena ascensão, uma alcunha de caráter xenófobo mais geral? Sabe-se que a xenofobia estava desenvolvida na Inglaterra, no século XIII, nos círculos de negócios, entre outros, como é natural em um país de economia bastante rudimentar explorado por capitalistas estrangeiros. Os quercineses, tão distinguidos entre estes, bem puderam servir de símbolo, o seu nome pôde ser aplicado a todos esses "metecos" (32). Não nos esqueçamos de que, entre eles e os bordeleses, súditos do rei, havia ainda outro motivo de hostilidade: a rivalidade entre comerciantes da Guyenne bordelesa e os do "alto país" gascão (33). Finalmente, lembremo-nos de que as noções geográficas dos ingleses do século XIII não deviam ser das mais precisas, e que eles podiam, bastante facilmente, confundir, pelo menos num mesmo sentimento de reprovação, todos esses meridionais que falavam dialetos derivados do latim.

Essa hipótese, baseada na documentação inglesa, parece-nos ser confirmada pelos dados que pudemos reunir em outra parte, por mais incompletos que sejam, certamente. Bourquelot e o cônego Albe mostraram a importância e a regularidade do papel desempenhado pelos cadurcianos nas feiras de Champagne, no século XIII (34). O cônego Albe, ainda, publicou o testamento, redigido em 1283, do quercinês Guiral Trapas, comerciante de Castelnau-de-Montratier, cujos piedosos legados se repartiam entre Londres, Gloucester, Southampton, Canterbury, Salisbury, Stamford, de um lado, e Burgos, Valença, Toledo e Santander de outro (35). Não conhecemos, na mesma época, outro caso de comerciante do sudoeste francês que tenha tão amplos horizontes. Essas relações espanholas encontram-se, também, em outros documentos cadurcianos: os Arquivos municipais de Cahors contêm,

(31). — Pelo menos na proporção em que nós mesmos estudamos essa documentação. Um papel verdadeiramente importante, porém, parece excluído.

(32). — Nome dado em Atenas a estrangeiros estabelecidos, de maneira estável, nessa cidade (*nota do tradutor*).

(33). — Dessa hostilidade, fundada em rivalidade comercial, não faltam testemunhos. Citemos em último lugar: Trabut-Cussac (J. P.), *Les coutumes ou droits de douane perçus à Bordeaux sur les vins et les marchandises par l'administration anglaise de 1252 a 1307* ("Annales du Midi", tomo 62, n.º 10, abril de 1950, especialmente pgs. 139-141).

(34). — Bourquelot, *op. cit.* — Albe, *Inventaire...* n.º 42: estipula-se que o pagamento de 500 marcos de prata, devido pelos cônsules ao bispo de Cahors em virtude de sentença arbitral, é exequível nas feiras de maio de Provins e nas feiras de Lagny.

(35). — Albe (E.), *Guiral Trapas, marchand de Castelnau-de-Montratier* ("Bulletin de la Société des Études du Lat", 1911, pgs. 213-221).

nas datas de 1260 e 1282, atos concluídos entre cidadãos dessa cidade e comerciantes de tecidos de Lérída (36). Importantes, também, as relações com a Provença e com a Itália. Em Cahors mesmo, encontram-se alguns vestígios de atividade dos lombardos, de modo nenhum, aliás, suficientes para justificar a teoria de Bourquelot exposta mais acima (37). Até no Oriente os marselheses encontravam os comerciantes de Cahors, que eram, por vêzes, seus aliados contra a concorrência de Montpellier; em 1211, em compensação, aliando-se a Gênova, Marselha exprimia o desejo de lutar contra a rivalidade do Quercy e do Figeacois (38). Não longe de Cahors, Figeac aparece, efetivamente, como centro econômico bastante ativo. Uma família dessa cidade, os Conques, estava em ligação com Marselha, e aí se estabeleceu no século XIII (39). A preciosa documentação publicada por Mme Doehaerd mostra-nos cadurcianos e figeaqueses ativos em Gênova, no século XIII e no comêço de século XIV (40).

Cahors, pois, não voltava sua atenção senão para a Inglaterra. Adquirira, no século XIII, o papel de encruzilhada internacional, e as pesquisas que puderem ser levadas a efeito em fontes italianas e espanholas mais acentuarão, sem dúvida, tal fato. Assim se explicam, também, a intensidade e a violência das lutas sociais que se travaram em Cahors no século XIII. Elas permitiram aos bispos opor-se, por muito tempo, aos pedidos de franquias dessa cidade. Em 1238, o bispo formava com o pequeno povo de Cahors uma associação perpétua, administrada por conselheiros anuais, destinada à luta contra os heréticos e, certamente, também contra os grandes burgueses da cidade (*magnum burgensium civitatis*), nenhum dos quais devia ser admitido nessa associação sem que com isso estivessem de acôrdo o bispo e os conselheiros. Mais tarde, os patrícios reagiram, obrigando os *minores* a renunciar solenemente ao seu juramento de associação. Em 1268, depois de queixas de tamanqueiros, tecelões, carpinteiros, etc. . . , que se julgavam taxados injustamente por ocasião do imposto das talhas, tiveram os cônsules (41) que conceder que estas seriam, no futuro, divididas proporcionalmente à fortuna de cada um. Declararam, depois, que os *populares* lhes haviam extorquido essa decisão pela vio-

(36). — Albe (E.), *Inventaire*... n.ºs 63 e 113.

(37). — Em 1239, o bispo de Cahors tomava emprestado aos cônsules e habitantes da cidade 200 marcos de prata a fim de pagar sua dívida para com os lombardos Juvenal e companhia (Albe, *Inventaire*... n.º 22). Há, ainda, em 1242, o caso de uma dívida do bispo a usurários lombardos (*Ibid.*, n.º 30).

(38). — Lesage (G.), *Marseille angevine*, Paris. 1950, pg. 56.

(39). — *Ibid.* Os comerciantes de Toulouse, em compensação, acham-se notavelmente ausentes das fontes marselhesas.

(40). — Doehaerd (R.), *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Ou-tremont d'après les archives notariales génoises aux XIIIe et XIVe siècles*, 3 volumes, Bruxelas-Roma. 1941. Vejamos os tomos II, n.º 297 (Ratier de Cahors, 1213); III, n.º 1052 (Bernard de Gervais, de Figeac, 1293), 1553 (mandatário, em Famagusta, de uma sociedade de Figeac, 1302), 1557 (Aymeric de Beaumont e associados, de Figeac, 1302). Não faltam, em outros lugares, referências sobre Figeac. Essa cidadezinha ativa mereceria estudo aprofundado.

(41). — *Cônsules*: dava-se, na Idade Média, êsse nome a certos magistrados municipais, principalmente no sul da França (*Nota do tradutor*).

lência e fizeram com que o Parlamento a anulasse. Uma sangrenta revolta foi a resposta dos populares; em maio de 1270 um dos mais ricos burgueses morreu queimado, juntamente com sua família, enquanto que o síndico real fugia. Voltou, porém, com tropas, e a repressão foi implacável: cêrca de cinqüenta *minores* teriam sido enforcados, quatrocentos desterrados (42).

Na mesma época, outras cidades do sudoeste francês sofrem muitas dificuldades sociais, mas em lugar algum estas atingem o encarniçamento que a elas trazem os cadursianos. Tudo nos leva à nossa conclusão: desde a primeira metade do século XII Cahors desempenhava um papel comercial de caráter internacional que a colocava muito acima da maioria das outras cidades do sudoeste, e que valeu a seus habitantes o fato de serem a origem dessa alcunha de caorsinos.

Esta conclusão, porém, dá lugar a um problema. Porque é que assumira, então, Cahors êsse papel internacional que Toulouse não parece haver desempenhado com a mesma amplitude? Para quem considere o mapa, Toulouse parece, entretanto, estar melhor colocada para controlar o istmo Mediterrâneo-Atlântico. Mas a geografia, já se notou, não oferece aos homens senão possibilidades (43). Mais ainda que a estrada Narbonne-Toulouse-Bordeaux, a via Montpellier-Cahors-La Rochelle parece ter sido utilizada do século XII ao século XIV. Certamente, a elevação de Nauroze e o vale do Garona oferecem passagem mais fácil que o Causse (planalto calcário) de Larzac, o Ségala e os planaltos de Alto-Quercy e do Périgord. Não se deve, todavia, exagerar o obstáculo apresentado por declives em geral moderados às caravanas de mulas e cavalos, que constituíam o meio de transporte normal dessa época. Algumas vias romanas seguiam trechos dêsse percurso (44). Sua importância, pelo menos em um trecho pode explicar-se pelo comércio de sal realizado desde La Rochelle: comércio antigo e constante, se é que tal existe (45). Sôbre essa rota, souberam os cadurcianos, desde o século XII (46), desenvolver suas atividades; é justo render-se homenagem a suas qualidades de iniciativa. Pois não basta que se esteja em lugar favorável para

(42). — Aqui utilizamos diversos documentos reunidos pelo cônego Albe, *Inventaire...* n.ºs 29, 31, 42, 70, 72, 73, etc.. A obra de Dufour (E.), *La commune de Cahors au Moyen Âge*, Cahors, 1846, está superada. Veja-se, também, nosso artigo: *Les luttes sociales dans les villes du Midi français, XIII<sup>e</sup> — XV<sup>e</sup> siècles* ("Annales", 1947, n.º 4, pgs. 443-454).

(43). — Pensamos particularmente nas observações sugestivas de Febvre (L.), *La Terre et l'évolution humaine*, Paris, 1920. Merecem sempre ser meditadas.

(44). — A tabua de Peutinger indica uma estrada Lodève-Rodez-Cahors, que torna a descer, em seguida, em direção a Agen; na outra extremidade, o trecho Périgueux-Saintes. Veja-se Grenier (A.), *Archéologie gallo-romaine*, II Parte, *L'archéologie du sol*. I. *Les routes*, Paris, 1934, pl. I.

(45). — Úteis observações de Mauser (H.), *Le sel dans l'histoire* ("Revue économique internationale", 1927, III, pg. 270-287). As relações entre Cahors e La Rochelle parecem ter sido bastante importantes. Vejam-se algumas referências em Albe (E.), *Les marchands de Cahors...*

(46). — Se a documentação própria cadurciana fôsse mais desenvolvida antes do século XIII, estaríamos, sem dúvida, menos reduzidos a hipóteses. Insistimos neste elemento cronológico, que nos parece ser essencial.

se desempenhar um grande papel. Pelo fim do século XIII, todavia, as novas condições da organização comercial, sem fazer com que desaparecesse a transversal Montpellier-La Rochelle, contribuíram para reduzir-se o papel que aí desempenhavam os cadurcianos (47). E o seu desaparecimento diante dos italianos destacou dêles essa alcunha de caorsinos, a ponto de a origem da mesma se tornar um problema histórico.

Na realidade, procuramos, principalmente, mostrar que essa alcunha não oculta uma simples querela de palavras; que está ligada a grandes questões de Geografia Econômica e de organização da vida comercial dos séculos XII e XIII. Gostaríamos de que êste artigo fôsse encarado como convite a novas pesquisas. Os *Annales du Midi* terão o prazer, sem dúvida alguma, em publicar documentos e trabalhos que contribuirão eficientemente para a solução dêsse importante problema.

**PHILIPPE WOLFF**

Professor da Universidade de Toulouse.  
Ex-professor visitante da Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

---

(47). — Êste artigo constituiu assunto de comunicação ao Congresso da *Fédération des Sociétés Savantes Languedoc-Pyrénées-Gascogne*, realizado em Cahors a 20 e 21 de maio de 1950, juntamente com a *Fédération Historique du Sud-Ouest*. Nossos pontos de vista coincidiram, de maneira bastante surpreendente, com os de Renouard. Veja-se: Renouard (Y.), *Communications à travers l'isthme aquitain au moyen âge: de la Méditerranée à Cahors et à la Rochelle* (Mélanges... L. Halphen, Paris, 1950).